

## **A UNIVERSIDADE PROMOTORA DA SAÚDE: UM OLHAR PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRB**

Cristiano de Souza Oliveira<sup>1</sup>; Heleni Duarte Dantas de Ávila<sup>2</sup>; Cláudio Orlando Costa do Nascimento<sup>2</sup>.

*Universidade Federal da Bahia<sup>1</sup>; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia<sup>2</sup>. [cristianoeisu@gmail.com](mailto:cristianoeisu@gmail.com)*

**Resumo:** As universidades brasileiras têm passado por mudanças desde o início deste século, entre elas a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), importante ferramenta para permanência de estudantes oriundos de classes populares nas instituições de ensino superior. Ao analisar os pré-requisitos para saúde ressaltados na Carta de Ottawa e os princípios da promoção da saúde destacados pela Organização Mundial da Saúde é possível constatar que a partir do desenvolvimento das ações preconizadas pelo PNAES as universidades podem constituir-se em importantes espaços de promoção da saúde. Nesse sentido, esta pesquisa buscou analisar de forma exploratória a relação entre assistência estudantil e promoção da saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, evidenciando limites e possibilidades na atuação da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) para promoção da saúde dos estudantes. Para cumprir este objetivo o procedimento utilizado foi à análise documental. Foram analisados 287 editais da PROPAAE com o propósito de destacar como programas desenvolvidos pela instituição relacionam-se com a promoção da saúde. A partir desta análise foi possível evidenciar que existe associação entre a promoção da saúde e as ações de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito da UFRB. Por outro lado, ainda que tenha sido observada esta associação, tais ações podem ser eficientes para a promoção da saúde, não gerar quaisquer resultados ou ser nocivas a saúde, questão que dependerá de como essas ações estarão sendo desenvolvidas nas universidades.

**Palavras-chave:** Universidade, Assistência Estudantil, PNAES, Promoção da Saúde, Saúde.

## Introdução

O movimento de Universidades Promotoras da Saúde (UPS) tem avançado em diversos países na última década. O surgimento de Redes de UPS em países da América Latina e Europa tem evidenciado tal processo. Ademais, a realização de congressos internacionais e a criação de declarações sobre a temática tem fortalecido o movimento e difundido suas ideias.

No Brasil, discussões sobre UPS ainda são escassas, levando a uma lacuna na literatura sobre esse tema. Mesmo em países onde já existem redes desenvolvidas a pesquisa sobre UPS é considerada incipiente e com limitada evidência (BRAVO et al., 2013). Diante desse contexto, investigações em universidades brasileiras são necessárias.

Desde o início deste século as universidades brasileiras têm vivenciado um novo momento marcado pelo surgimento de políticas de expansão do número de vagas e modificações no modelo de ingresso, as quais têm contribuído para construção de um novo perfil de estudantes, especialmente marcado por jovens de classes populares (SANTOS, SANTOS, SAMPAIO, 2013; RISTOFF, 2014).

Em 2010 foi implantado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Este

que regulamenta a assistência estudantil em instituições federais de ensino e configura-se como importante ferramenta para a permanência de estudantes de classes populares na universidade.

A finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal por meio de ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Através das ações previstas no PNAES as universidades podem auxiliar na permanência dos estudantes, contribuindo para o seu sucesso acadêmico. Além disso, ainda que não seja o objetivo principal desta política, estas mesmas ações podem contribuir para uma melhor saúde e qualidade de vida dos estudantes, uma vez que pode atuar sobre as suas condições de vida e seus estilos de vida.

Ressalta-se que os campos de atuação preconizados pelo PNAES correlacionam-se com os pré-requisitos para saúde destacados na Carta de Ottawa (1986), a saber: paz, habitação, educação, alimentação, renda,

ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (BRASIL, 2002).

O PNAES também está correlacionado com os princípios da promoção da saúde destacados no documento “Health Promotion Evaluation: Recommendations to Policy-Makers”, são estes: concepção holística, empoderamento, equidade, intersetorialidade, ações multi-estratégicas, participação social e sustentabilidade (WHO, 1998).

Tendo como objetivo ressaltar a associação entre promoção da saúde e assistência estudantil, evidenciando os limites e possibilidades desta associação no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o presente artigo pode contribuir para uma mudança de olhar acerca da assistência estudantil e sobre a saúde dos universitários, além de cooperar para a construção de propostas de promoção da saúde em instituições de ensino superior brasileiras.

## Metodologia

A presente pesquisa é classificada como exploratória. As pesquisas exploratórias, de acordo com Gil (2002), buscam proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo hipóteses. Os estudos exploratórios são aqueles que buscam descobrir ideias, buscando adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Estes estudos são

relevantes para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias.

O procedimento utilizado foi a análise documental. De acordo com Godoy (1995) a pesquisa documental diz respeito ao “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando novas e/ou interpretações complementares” (p. 21).

Ainda de acordo com o autor, a escolha dos documentos não é um processo aleatório, deve ser realizado em função dos propósitos, ideias e hipóteses. Nesse sentido, foram analisados os editais disponíveis entre os anos de 2007 e 2015, com o objetivo de analisar como ações desenvolvidas na instituição relacionam-se com promoção da saúde, além de evidenciar limites e possibilidades destas ações.

A análise dos dados ocorrerá por meio de análise de conteúdo. Neste tipo de análise o pesquisador busca compreender as estruturas que estão por trás das mensagens, devendo realizar um esforço duplo, para entender o sentido da comunicação como um receptor normal e desviar o olhar buscando outras significações (GODOY, 1995).

Para demonstrar como as ações desenvolvidas pela instituição relacionam-se com a promoção da saúde, as ações foram analisadas em comparação com os pré-

requisitos para saúde da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002) e os princípios para promoção da saúde (WHO, 1998).

O levantamento dos documentos que foram analisados foi realizado no sítio da UFRB, no espaço específico da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.

### Resultados e discussão

Na pasta Editais, no espaço da PROPAAE no sítio da UFRB, havia 459 arquivos. Destes foram analisados 283, pois parte dos arquivos relacionava-se a prorrogação de prazos, resultados, homologação de inscrições e retificação dos editais.

Ao analisar os editais é possível perceber que as ações de assistência estudantil da UFRB relacionam-se com os princípios da promoção da saúde da Organização Mundial da Saúde (WHO, 1998), bem como, com os pré-requisitos para saúde da Carta de Ottawa (BRASIL, 2002), podendo ser caracterizada com uma estratégia de promoção da saúde.

A concepção holística é observada na atuação da assistência estudantil por tratar de Determinantes Sociais da Saúde (DSS) como a renda, alimentação, moradia e educação. Como exemplo de promoção da saúde física pode-se citar a existência da Bolsa Esporte que possibilita aos estudantes aulas de dança,

lutas, etc. Ainda que tal disponibilidade esteja condicionada a existência de estudantes proponentes de ações em cada um dos centros, revela-se como um importante fomento a realização de atividades físicas pelos estudantes.

Na saúde mental programas como a Tutoria do CETEC contribuem de forma relevante para redução do sofrimento psíquico dos estudantes recém-ingressos que por conta de deficiências nas ciências exatas durante o ensino médio, tem problemas no início do curso.

O Programa de Vivência Comunitária relaciona-se com o desenvolvimento da saúde física, mental e social, ao estabelecer espaços de sociabilidade entre acadêmicos e as comunidades de acolhimento, promover alternativas de convívio social através do lazer, do desporto, da cultura e das artes e fortalecer os vínculos afetivos, psicossociais e políticos.

A assistência estudantil na UFRB atua com multi-estratégias, dispondo de ações direcionadas à alimentação, à moradia, o acesso a esportes, à educação, entre outras, conforme preconiza o PNAES. Porém, ainda que atue em diversas direções tendo grande impacto sobre diferentes aspectos dos DSS, torna-se limitada, pois o acesso a uma modalidade de auxílio, em alguns casos, pode impossibilitar o acesso à outra, bem como, as

ações da desenvolvidas pela assistência estudantil não estão disponíveis igualmente em todos os campi da universidade.

A participação social aparece nos editais da PROPAAE dos anos de 2007, 2008 e 2009. Estes evidenciam na sua justificativa que a construção da pauta da assistência estudantil ocorreu com a participação da comunidade universitária em audiências públicas. No entanto, apenas a partir da análise dos editais e das normativas não é possível afirmar se tal processo foi realizado para a implantação de novas ações no decorrer dos anos. Porém, é possível, a partir das normativas, deduzir que existe participação na avaliação e no monitoramento da assistência estudantil através do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa de Permanência Qualificada da UFRB. No entanto, a participação dos estudantes no Comitê ocorre por meio da representação de um/uma estudante de cada modalidade de auxílios regulares do PPQ, por centro de ensino, podendo não contemplar diretamente todos os interessados.

A participação social não tem sido exigida em programas que envolvam a comunidade externa, mesmo em programas onde esta é o foco da ação. Programas como o Programa de Vivência Comunitária apoiam propostas para atuação junto a comunidades de acolhimento, mas, como observado nos

editais, os proponentes podem ser apenas estudantes, professores e técnicos administrativos, sem que ocorra diretamente a participação de todos os interessados no processo de elaboração, implementação e avaliação da proposta.

A intersetorialidade é observada em ações conjuntas com a Pró-Reitoria de Extensão da UFRB na realização de eventos e com institutos e fundações externas a instituição, especialmente no que tange a concessão de bolsas, por exemplo, com a Fundação Celmente Mariani e o convênio com a Secretaria do Estado da Bahia para a realização do Projeto Universidade Para Todos.

O avanço da promoção da saúde na universidade pode ser potencializado a partir de novas parcerias com órgãos, instituições e setores ligados à saúde, ainda que partamos do pressuposto de que a saúde não depende apenas do setor saúde, o mesmo pode contribuir de forma decisiva para o aprofundamento de questões relacionadas a promoção da saúde, uma vez que é um dos focos de sua atenção. Outrossim, é preciso estabelecer maiores relações dentro da própria universidade, especialmente com o Centro de Ciências da Saúde da UFRB, o qual poderia trazer contribuições relevantes.

A equidade pode ser percebida na forma como se estabelece a assistência estudantil

não apenas na UFRB, mas no país, dada as especificações do PNAES. O modelo de recorte de renda evidencia o reconhecimento que as desigualdades sociais afetam o desempenho acadêmico dos estudantes. A política atua na redução das desigualdades, possibilitando aos estudantes com pior condição de vida a conclusão de seus cursos.

Além da destinação de auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, no que tange especificamente a UFRB, é possível observar entre os objetivos dispostos nos editais “combater o racismo e as desigualdades sociais”. Este objetivo relaciona-se com os pré-requisitos para saúde: justiça social e equidade. Ações como o Programa de Equidade Racial no Recôncavo da Bahia, que traz a equidade em seu próprio nome, e o Programa Integrado de Ação Afirmativa, evidenciam a preocupação com o fortalecimento equidade na UFRB.

O empoderamento é considerado por alguns autores como um dos princípios mais relevantes da promoção da saúde. Nas ações da PROPAAE o empoderamento aparece de diferentes formas, desde a participação em grupos de pesquisa, até eventos realizados pela instituição. Nestes, os estudantes discutem, entre outros assuntos, o acesso, a permanência e pós-permanência na universidade, questões relacionadas às ações

afirmativas, que os ajudam a compreender a realidade em que estão inseridos.

Mesmo evidenciando uma relação entre os princípios da promoção da saúde e a assistência estudantil, não é possível afirmar que estas ações atuam como promotoras da saúde dos estudantes. Porém, observa-se nelas grande potencial para a melhoria da saúde dos estudantes.

A partir da análise dos editais foi possível perceber que a PROPAAE tem atuado de forma significativa sobre as condições de vida dos estudantes, especialmente através de apoio financeiro. Com vistas a tornar mais evidente este processo foram criadas três categorias:

- Apoio financeiro: repasses financeiros aos estudantes através de concessão de auxílios pecuniários, remuneração por estágios, monitorias ou tutorias;
- Apoio estrutural: acesso gratuito a ações e estruturas da universidade;
- Apoio educacional: acesso ao apoio pedagógico.

É evidente que o apoio financeiro pode possibilitar o acesso aos pré-requisitos para saúde destacados na Carta de Ottawa, como a cultura, o lazer, o esporte, a moradia, a alimentação, por outro lado, não garante o acesso aos mesmos, pois não é possível



afirmar que ao receber o auxílio pecuniário o estudante irá realizar uma alimentação saudável, que residirá em um local salubre ou que adotará práticas de lazer que proporcionem melhor saúde. Nesse sentido, as associações, ainda que nos tragam pistas, não revelam todo o processo.

As ações de apoio estrutural mostram-se como estratégias onde a universidade pode ter maior responsabilidade no apoio à saúde dos estudantes, uma vez que pode controlar a qualidade dos serviços oferecidos, como as refeições, moradia, acesso a programas de lazer que priorizem a saúde e a qualidade de vida, acesso a eventos culturais e educacionais que tenham como temática a saúde dos estudantes, entre outros.

No entanto, a mera existência do apoio estrutural não é garantia de que se esteja promovendo a saúde dos estudantes. Se os estudantes encontram na residência estudantil um espaço onde podem residir, mas não há paz, não está necessariamente ocorrendo a promoção da saúde. Ainda que o pré-requisito para a saúde “moradia” esteja sendo cumprido, fatores como dividir o apartamento com um estudante fumante pode trazer mais prejuízos do que benefícios para saúde.

No apoio educacional, algumas ações podem contribuir de forma decisiva para a redução de sofrimentos psicológicos resultantes da não obtenção de resultados

satisfatórios nos componentes curriculares, bem como para o empoderamento, contribuindo para que os estudantes compreendam a realidade em que estão inseridos, possam fazer escolhas e atuar sobre esta realidade.

A presente investigação mostra que a assistência estudantil pode atuar como importante ferramenta para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos estudantes, no entanto, a transformação da universidade em um ambiente de promoção da saúde incorpora não apenas a dimensão “física ou natural”, mas também a cultural, social, política e econômica. Tal transformação reforça a responsabilidade do setor público, em conjunto com a sociedade, de dar suporte e garantia a uma vida saudável (MELLO; MOYSES; MOYSES, 2010).

Nesse sentido, a assistência estudantil, bandeira histórica do movimento estudantil universitário e política fundamental para garantir a permanência de filhos da classe trabalhadora nas universidades públicas (CISLAGHI; SILVA, 2012), pode ser também um instrumento relevante para a equidade em saúde, pois possibilita a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica o acesso a serviços e bens que podem refletir positivamente sobre a sua saúde. Porém, o sucesso da promoção da saúde nas universidades parte do

compromisso com a saúde no âmbito das políticas e práticas da universidade, para tanto é preciso entender e lidar com a saúde de uma forma diferente, dessa forma, a mais difícil barreira a transpor é a tendência de entender à saúde como ausência de doença (WHO, 1998).

### Conclusões

A presente proposta teve em vista evidenciar a potencialidade da assistência estudantil para a promoção da saúde nas universidades brasileiras. A construção dessa articulação pode contribuir para a construção do movimento de UPS no Brasil, uma vez que a assistência estudantil é uma política comum em todas as universidades brasileiras.

Ainda que a associação entre assistência estudantil e promoção da saúde mostre-se de forma positiva, não é possível afirmar que a mera existência dessas ações promova a saúde dos estudantes. É necessário compreender que para além da existência da ação é essencial pensar a forma como esta tem sido desenvolvida.

A partir das três categorias criadas neste estudo - apoio financeiro, apoio estrutural, apoio educacional – é possível observar três campos de atuação que podem agir na promoção da saúde, não gerar quaisquer resultados ou até agravar a situação de saúde dos estudantes.

O sucesso da atuação direcionada a promoção da saúde ocorrerá a partir do olhar que será construído no processo de planejamento, elaboração e implantação das ações de assistência estudantil.

A análise documental nos dá pistas sobre como a política foi construída e como vem ocorrendo, possibilitando, entre outras coisas, perceber limites e possibilidades na mesma. Por outro lado, este tipo de pesquisa pode revelar apenas uma visão superficial dos acontecimentos e esconder os sentimentos, as disputas, os acordos, as frustrações, que cercam a construção, implementação e desenvolvimento de uma política, bem como, pode esconder o lugar do sujeito alvo destas ações.

Nesse sentido, realizar outras investigações com os sujeitos das ações e com os sujeitos responsáveis pela implementação das ações torna-se de suma importância para compreender melhor esse fenômeno e avançar em proposições a respeito da promoção da saúde nas universidades brasileiras.

### Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.



\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.

BRAVO, P. V.; CABIESES, B.; ZUZULICH, M. S.; MUÑOZ, M.; OJEDA, M. Glosario para universidades promotoras de la salud. Ver. **Salud pública**. v. 15 n. 3, 2013.

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação versus garantia de permanência. **SER Social**. v. 14, n. 31, 2012.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

RISTOFF, D. O Novo Perfil do Campus Brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**. v. 19, n. 3, 2014.

MELLO, A. L. S. F.; MOYSÉS, S. T.; MOYSÉS, S. J. A universidade promotora de saúde e as mudanças na formação profissional. **Interface**. v. 14. n. 34, 2010.

SANTOS, A. C. E.; SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. Ação Afirmativa: uma resposta à crise de legitimidade das universidades públicas. In: Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: EDUFBA, 2013.

WHO. European Working Group on Health Promotion Evaluation. Health promotion evaluation: recommendations to policy-makers. Copenhagen, 1998.